



Relações de imbricação entre Gêneros do discurso e Referenciação no Jornal Folha de S. Paulo*

Francisco Alves Filho (UFPI)
Lafity dos Santos Silva (UFPI/CAPES)
Leila Rachel Barbosa Alexandre (UFPI/CAPES)

RESUMO: Os estudos de referenciação têm contribuído para a compreensão de fenômenos sócio-cognitivos e discursivos ligados à produção e compreensão de textos. No entanto, muitas dessas contribuições possuem caráter muito geral, subjazendo-lhes a tese de que a referenciação manifesta-se independentemente dos gêneros do discurso aos quais os enunciados pertencem. O objetivo deste artigo é discutir orientações demandadas pelos gêneros do discurso para as estratégias de referenciação a partir de análise comparativa da referenciação em editoriais e notícias veiculados no jornal *Folha de S. Paulo*. Percebeu-se que a referenciação nos editoriais é explicitamente axiológica, já nas notícias predomina a busca pelo efeito de imparcialidade referencial.

Palavras-chave: referenciação; editoriais; notícias.

Introdução

O objetivo deste artigo é discutir a referenciação na sua interface com a noção de gêneros do discurso, vendo implicações de uma noção para o funcionamento da outra, tal como ocorrem em editoriais e notícias do jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*. Parte-se do pressuposto que explicações para o funcionamento de qualquer categoria linguístico-textual num dado gênero precisa eleger critérios claros de montagem do *corpus*, para ser possível evidenciar recorrências e tendências. Aqui, elegeu-se como categoria para montagem do corpus de análise a vinculação dos enunciados a uma única instituição jornalística, já que gêneros jornalísticos tendem a ser mais estáveis numa única empresa jornalística do que num conjunto de várias empresas. A análise tem caráter comparativo e visa correlacionar as categorias e os processos referenciais com as funções e os propósitos comunicativos dos dois gêneros em foco, ao observar os processos referenciais tendo por parâmetro os enunciados concretos, seu lugar de enunciação e a sua vinculação/pertencimento a gêneros do discurso. Um dos estudos que fazem esta correlação de modo consistente, no Brasil, é Zamponi (2005),

* Este trabalho teve o apoio financeiro da FAPEPI/CNPq (processo nº 20203.0484/2008) e da CAPES (Projeto PROCAD/NF Nº 2451/2008), instituições às quais expressamos nosso agradecimento.

num estudo sobre a popularização da ciência, no qual se faz análise bem consistente das escolhas referenciais em estreita correlação com as funções do gênero em estudo.

1. Referenciação e enunciados concretos

Reivindicamos teoricamente que a referenciação, ou seja, a operação realizada quando é usado um termo ou criada uma situação discursiva referencial para designar, representar ou sugerir algo que é visto como objeto-de-discurso (cf. KOCH, 2002), é efetivamente praticada em enunciados concretos e únicos, que participam de gêneros do discurso vinculados a práticas sociais de linguagem. Por esta razão, a referenciação não deveria ser vista nem investigada como sendo produzida em orações abstratas: ela se dá em enunciados concretos, constitutivamente interativos e dialógicos. Como os enunciados reais são interindividuais (cf. BAKHTIN, 1979 [1953]), isto é, como provêm de um locutor e se dirigem a interlocutores, os modos de referir provavelmente refletirão traços de tal interindividualidade. Isso ainda implica dizer que a referenciação também resulta da influência exercida pelo ouvinte no ato de enunciação, não sendo um processo inteiramente livre para o locutor: o ouvinte real ou presumido participa da referenciação porque, de algum modo, norteia as escolhas referenciais do locutor. Isso ocorre, por exemplo, quando alguém escolhe uma expressão referencial eufêmica para referir algo negativo para não desagradar o seu interlocutor (por exemplo, usar *fofinho* em vez de *gordo*) ou ao escolher um termo referencial com uma apreciação altamente positiva visando agradar seu interlocutor (por exemplo, vendedores de mercados públicos costumam chamar os compradores de *doutor* ou *professor*).

Sendo a referenciação produzida em enunciados concretos, os quais participam de gêneros do discurso, os quais, por sua vez, se vinculam a instituições, comunidades, coletividades ou redes (cf. DEVITT, 2004), então é possível suspeitar que os gêneros contemplam orientações gerais acerca dos modos como os sujeitos referem os objetos do mundo, transformando-os em objetos de discurso nas cadeias textuais, de tal forma que a “feição” adquirida pelos objetos de discurso em alguma medida provém das normas sócio-históricas dos gêneros do discurso nos quais são produzidos. Assim, em estudos que visem explicar a referenciação tal qual ela ocorre em enunciados concretos, uma das indagações mais relevantes é: como é que um gênero *x* fabrica mais comumente os seus objetos de discurso (que estratégias são mais recorrentes; que categorias linguístico-textuais se tornam mais produtivas; como operam estas categorias para os referentes serem vistos como mais ou menos instáveis; que concepções de objetos de discurso aparecem mais consagradas?).

Contudo, precisamos ver com cautela esta hipótese pelo fato de que a estabilidade relativa dos gêneros (cf. BAKHTIN, 1979 [1953]) é mais relativa ainda se se observa grandes conjuntos de textos de um mesmo gênero quando produzidos por instituições, comunidades, culturas, coletividades ou redes diferentes (cf. DEVITT, 2004). Nossa hipótese é que somente é possível falar de estabilidade de gêneros (mesmo *relativa*) tendo em mente os enunciados de um gênero de discurso como eles são praticados em certa instituição, ou conjunto de instituições com perfis muito parecidos ou comunidade discursiva, coletividade ou rede.

Nos editoriais de jornal, o que temos visto é que, analisando os editoriais de uma única empresa jornalística, podemos discernir traços estilísticos, temáticos, composicionais e funcionais largamente estabilizados, o que poderia ser tomado como indício de grande estabilidade genérica. Entretanto, se comparamos editoriais de empresas jornalísticas, lugares ou sociedades diferentes, encontraremos tantas diferenças entre os subgrupos, que nos perguntamos o que significa dizer que todos eles participam do gênero editorial de jornal. Em Alves Filho (2009) são comparados os propósitos comunicativos de editoriais de cinco jornais brasileiros diferentes e constata-se que eles são diversos quanto às suas funções e propósitos

comunicativos. Mas, quando comparados exemplares de um mesmo jornal vê-se a grande homogeneidade quanto a propósitos comunicativos, estilo, tema e composição. Por aí, nota-se como modos distintos de recorte de um gênero indicam resultados muito diferentes.

Em função dessa complexidade do funcionamento dos gêneros, propomos aqui a seguinte hipótese explicativa: a participação de um conjunto de enunciados em um gênero tende a decorrer de aspectos fortemente convencionais, como o fato de que as instituições e os sujeitos que os produzem declaram que eles são de tal gênero. Assim, se um texto publicado num jornal aparece no interior da seção intitulada editorial, os leitores tenderão a aceitar que ali se trata de um editorial, mesmo se este texto não fizer uso de nenhuma característica típica e recorrente de outros conjuntos de editoriais ou do que se tem definido como sendo traços característicos deste gênero. Além disso, e aliado à rotulação convencional, o suporte onde os gêneros são exibidos também podem produzir o pertencimento de enunciados concretos a dado gênero. Ou seja, no dia-a-dia, o que define a participação de enunciados à grande classe de um gênero podem não ser meramente aspectos linguísticos ou estilísticos, mas muito mais as convenções dos produtores dos textos, e sua aceitação por parte dos interlocutores.

Como, neste artigo, estamos interessados em encontrar explicações para o fenômeno da referenciação situando-a precisamente em gêneros de discurso conforme são produzidos num *locus* específico, faz-se necessário trabalhar com um *corpus* delimitado pelo critério institucional para perceber regularidades e tendências nítidas. Por isso, analisaremos apenas enunciados de um único jornal, para que possa ser possível identificar tendências para o funcionamento dos modos de referir, visto que os enunciados participantes de um único gênero *produzidos numa única instituição* tendem a apresentar uma estabilidade mais nítida.

Outra suspeita nossa é que a referenciação, como todas as outras operações realizadas com a linguagem, é uma ação ao mesmo tempo individual e social. Individual porque produzida em enunciados concretos por locutores empíricos, mas social porque os enunciados são sempre vinculados a gêneros e, portanto, incorporam valores sociais e históricos. Como convincentemente argumentado e demonstrado por Bakhtin (1979 [1953]), os enunciados são essencialmente dialógicos e guardam indícios de sua história e de sua rede de enunciação – não haveria porque a referenciação não se comportar de modo correlato.

Acreditamos haver ainda outra decorrência do relacionamento entre referenciação, enunciado concreto e gêneros do discurso: o fato de a referenciação possuir estreita relação com o acabamento do enunciado, ou seja, com o tratamento do objeto de sentido em função do interlocutor e da situação comunicativa. No caso de tratamento intensamente exaustivo e definitivo do tema, tender-se-á a se fazer uso de estratégias referenciais que vinculam objeto de mundo e objeto de discurso de modo que tal vinculação pareça indissolúvel e seja tomada como “verdadeira”. Isso pode ser visto no sermão de um padre ou de um pastor, quando determinadas formas de referir são tomadas como possuindo relação de verdade dogmática com o referente pretendido. A título de exemplo, veja-se o trecho de sermão transcrito abaixo:

Também ver a igreja como uma casa... A igreja é, primeiro, esse ponto de encontro mesmo... Eu não consigo admitir aquele irmão que não tem uma igreja. Aquele que fala ‘Eu sou batista, mas eu sou de todas as igrejas’. Ele não é nada pra mim. Desculpa dizer. Ele não é nada. (STEFANO)

Nele, há uma tendência de os objetos de discurso serem apresentados em definições *A igreja é [...]*, dando a ideia de que se está definindo uma verdade. Embora o referente *igreja* tenha sido recategorizado como *casa* e *ponto de encontro*, ele permanece sendo evocado pelo termo *igreja*, o que garante sua estabilidade. Também há preferência por termos genéricos

(*aquele irmão que não tem igreja*), que dão a entender que determinada qualificação se aplica sempre a todos os membros de uma classe (*ele não é nada*).

Já no caso de tratamento “aberto” do objeto de sentido, é óbvio que haverá tendência em se optar por estratégias que explicitam o caráter circunstancial da vinculação entre objeto de mundo e objeto de discurso. É o que pode ocorrer em muitos romances contemporâneos, cujo tratamento do objeto de sentido não é fortemente exaustivo. Veja-se o enxerto abaixo:

O quintal exclamou a mulher do médico, e tinha razão, se não fosse tão cedo já lá iríamos encontrar a vizinha do andar de baixo, é tempo de deixarmos de chamar-lhe velha, como pejorativamente temos feito [...] (SARAMAGO, 2008, p. 243)

As denominações são circunstanciais, dependem do momento em que se encontrado personagem na história. Nesse trecho, o referente que vinha sendo chamado de *velha*, com tom pejorativo, porque as circunstâncias assim permitiam, passa a ser chamada *a vizinha do andar de baixo*, porque não cabe mais vê-la de forma pejorativa. As denominações dos personagens vão sendo escolhidas e transformadas de acordo com o rumo que a história toma.

Dito de outro modo, a referenciação pode tender para marcar uma relação fortemente estável entre objeto de mundo e objeto de discurso ou pender para indicar uma relação instável, provisória. Isso depende do intuito discursivo do locutor, que é orientado, limitado ou possibilitado pelos gêneros de discurso recrutados para levar a cabo a interação. Por esta razão é que as noções de estabilidade e instabilidade referencial, propostas por Mondada e Dubois (2003), poderiam ser mais bem compreendidas se vistas em interface com os gêneros do discurso, tirando proveito da relatividade nestes evidenciada. Em função deste raciocínio, é que se defende, em Alves Filho (2008), que se deve evitar certo maniqueísmo ao se observar a relação entre instabilidade e estabilidade referencial, pois os dois processos atendem plenamente a necessidades comunicativas e discursivas situadas em contextos específicos.

Seguindo o raciocínio aqui desenvolvido, a referenciação pode ser compreendida como a decisão linguística efetuada na interação para transformar objetos dos diversos mundos em objetos de discurso e como um processo indiciário que permite, a partir de objetos de discurso, pensar, reportar-se, imaginar ou mesmo (porque não?) tocar em objetos de mundo. O locutor, ao referir, transforma objetos de mundo (não somente mundo empírico) em objetos de discurso (ou faz isso se apoiando em transformações já estabilizadas) ao passo que o interlocutor, motivado por objetos de discurso a que tem acesso, recupera/reconstrói objetos de vários mundos possíveis. Isso implica dizer que a referenciação é um processo cíclico de estabelecimento de correlações entre mundos e discursos, marcado por reflexões e refrações, o que também ajuda a explicar porque pode não haver coincidência entre objetos de discurso de interlocutores diferentes. A referenciação eclode tanto no momento em que o locutor toma a palavra como na hora em que o interlocutor escuta ou lê a palavra do outro, desde que não nos esqueçamos da tese central bakhtiniana de que o *ouvinte fala no locutor*.

Feita esta discussão geral, faremos uma análise confrontando estratégias de referenciação recorrentes em editoriais e notícias produzidos pelo jornal brasileiro *Folha de S. Paulo*. O intuito analítico é proceder a uma avaliação dos efeitos de sentido dos modos de referir em função das particularidades dos dois gêneros do discurso em foco, sobretudo em relação às suas funções interativas e ao papel do interlocutor presumido no processo.

2. O gênero editorial

O editorial de jornal é o gênero que, na tradição da imprensa escrita, funciona como um dos lugares assumidos para a expressão da opinião, ao lado dos artigos, colunas e cartas de leitor (cf. MELO, 1994) e é praticamente um gênero obrigatório em jornais. É o editorial que responde pela opinião institucional da empresa jornalística, como se, para ser jornal, uma publicação necessitasse da presença de editorial, sendo um exemplo disso o fato de muitos fanzines, espécies de jornais alternativos aos grandes jornais, também conterem editoriais.

Historicamente, a expressão da opinião nos editoriais teve dois funcionamentos típicos no ocidente, sobretudo nos EUA, cujo modelo foi “exportado” para muitos países: primeiro, quando os jornais pertenciam a pequenos núcleos familiares ou a grupos políticos, servia para a expressão da opinião do próprio editor, sendo assinado e escrito em primeira pessoa; num segundo momento, quando os jornais tornam-se empresas com fins lucrativos e se profissionalizam, o editorial passa a expressar a opinião da empresa jornalística, deixando de ser escrito em primeira pessoa, e adquire uma autoria institucional (cf. ALVES FILHO, 2006), que faz com que a opinião nos editoriais derive mais de representações sociais do que das experiências ou opiniões pessoais do editor (cf. VAN DIJK, 1996), além de justificar em parte o estilo do editorial: terceira pessoa, categorias da impessoalidade, verbos no presente, adjetivação, modalizadores, registro culto da linguagem escrita. Um ponto controverso no funcionamento do editorial é a autoria da opinião, uma vez que, como diferentes vozes sociais sustentam o discurso jornalístico, não se pode acatar ingenuamente a tese vendida pela ideologia jornalística de que o editorial simplesmente expressa a opinião da empresa jornalística. Como sustentado por Melo (1994, p. 79), na sociedade capitalista em que vivemos, o editorial apresenta o ponto de vista de todos aqueles núcleos que, de diferentes modos, participam da propriedade do jornal e ajudam a manter a empresa.

Como um mesmo gênero varia muito entre instituições jornalísticas diferentes, apresentamos abaixo um quadro sinótico geral do funcionamento mais comum do editorial no jornal *Folha de S. Paulo*. Em outros jornais é provável que haja mudanças significativas e mesmo na *Folha de S. Paulo* há casos, menos comuns, de funcionamento bem diferenciado.

Funções comunicativas	- Avaliar acontecimentos recentes e relevantes da vida pública atual – os chamados “grandes temas”; Prestar contas a leitores e patrocinadores do posicionamento da empresa jornalística; Interagir com segmentos de elite da sociedade; Perpetuar e legitimar certas opiniões e discursos; Influenciar governos a tomar determinadas decisões ou a abandonar certos planos de ação.
Temas	- Temas caros às altas esferas de poder (política oficial, economia, administração pública). No geral, fala-se daquilo que está sendo falado nas altas esferas de poder e, assim, o editorial faz eco a discursos já legitimados.
Estilo	- Presença abundante de adjetivos nos sintagmas nominais, de modalizadores deônticos, de descrições definidas avaliativas e verbos <i>dicendi</i> avaliativos; disseminação de expressões avaliativas por todo o texto – e não somente na predicação; verbos predominantemente no tempo presente e futuro do presente. Por outro lado, ausência sistemática de pronomes de primeira e de segunda pessoa e de vocativos.
Suporte	- Página 2 do jornal diário impresso (dedicada exclusivamente a opinião); Site na internet;
Tempo de circulação	-Diário; Com a internet, tem-se acesso a todas as edições, independentemente do dia de publicação.
Lugar de circulação	- Empresas, escritórios, gabinetes e residências de assinantes das classes mais ricas (com a internet há uma ampliação do lugar de circulação).
Autoria	- Autoria institucional.
Leitor presumido	- Leitores dos segmentos A e B da sociedade, com alto grau de letramento.

Quadro 1 – Características gerais do Gênero Editorial

3. O gênero notícia de jornal

No seio da clássica ideologia da imprensa escrita, ou seja, do seu conjunto de valores para representar-se a si mesma, a notícia é um gênero de discurso de caráter essencialmente informativo. Ou seja, representa-se a notícia como se ela não contivesse interpretação e subjetividade, como se expressasse o relato objetivo dos fatos. Embora esta ideologia ainda seja difundida, as práticas do jornalismo hoje, sobretudo o televisionado, indicam mudanças significativas na concepção das notícias, as quais têm incorporado traços estilísticos, subjetivos e opinativos da parte dos jornalistas.

Segundo van Dijk (1998, p. 83), as notícias têm como função ideológica implícita promover as crenças e os valores dos grupos sociais dominantes, razão pela qual a persuasão tem função e objetivo muito específicos no discurso noticioso. Ou seja, do ponto de vista perlocutório, a notícia não apenas deve veicular proposições que sejam compreendidas pelo leitor/ouvinte, mas proposições que sejam tomadas como verdadeiras ou possivelmente verdadeiras. Por isso, o seu caráter persuasivo inclui, basicamente, a ênfase nas crenças e opiniões já existentes entre os leitores, em outras palavras, a notícia visa enfatizar um modo de pensar já existente e não propriamente mudá-lo. A notícia, ainda segundo van Dijk (1998, p. 84-85), é um gênero que necessita enfatizar sua aparência de verdade e de plausibilidade e, por isso, os redatores lançam mão de uma série de estratégias para atingir este efeito, como:

- Ênfase na natureza factual dos eventos, através de: descrições diretas de eventos em curso; uso de evidência das testemunhas oculares e de outras fontes confiáveis (autoridades, pessoas respeitáveis, profissionais); sinais que indicam precisão e exatidão, a exemplo de números de pessoas, de logradouros, da hora exata; uso de citações diretas de fontes, especialmente quando opiniões estão envolvidas.
- Construção de uma forte estrutura relacional para os fatos, através de: menção a eventos prévios como condições ou causas e descrição ou previsão dos próximos eventos como consequências possíveis ou reais; inserção de fatos em modelos de situação bem conhecidos que os tornam relativamente familiares mesmo quando são novos; uso de *scripts* bem conhecidos e conceitos que pertencem ao *script*; tentativa de organizar os fatos em estruturas específicas bem conhecidas, como as narrativas.
- Fornecimento de informação que também tem dimensões atitudinais e emocionais, estratégia amparada na ideia que fatos são mais bem representados e memorizados se eles envolvem ou provocam emoções fortes.

Para as finalidades deste artigo, importa levar em conta que a notícia é um gênero de discurso extremamente dinâmico e heterogêneo, por depender de muitas variáveis que a fazem incorporar certas características em vez de outras, dependendo do leitor presumido, do tema, do veículo (TV, rádio, jornal impresso, portal de internet), dentro outros. As notícias que serão aqui analisadas são de natureza escrita, publicadas num único jornal (*Folha de S. Paulo*) e caracteristicamente com função informativa, embora a manifestação de opinião implícita possa ser detectada. Buscaremos ver como os processos de referenciação atendem a esta função informativa e como contribuem para a constituição do gênero notícia.

4. A referenciação em editoriais do jornal *Folha de S. Paulo*

A referenciação no gênero editorial praticada na *Folha de S. Paulo* é explicitamente axiológica e se coaduna ao propósito comunicativo do gênero tal como aí praticado: apreciar

axiologicamente os eventos, fatos e discursos da vida social, fiscalizando e criticando as ações dos poderes constituídos. Nele, a referência contém itens linguisticamente explícitos de avaliação e de acento de valor, já que recorrentemente refere-se opinando, sem fazer separação dicotômica entre os atos de relatar fatos e expressar opinião. Por esta razão, as expressões referenciais tendem a ser formuladas por sintagmas longos, com farta adjetivação (às vezes múltipla) e encaixamento de referentes no interior do mesmo sintagma.

Vejam os parágrafos iniciais de E1 e E2 abaixo, no qual se pode observar que, no momento inicial de apresentar aos leitores o fato ocorrido, já aparecem vários índices de avaliação (em negrito), evidenciando que a referência é deliberadamente axiológica:

E1 – O DISCURSO de posse do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, não figura entre os mais brilhantes já proferidos pelo democrata. O encontro entre a retórica de **inspiração religiosa** e a opção por abordar uma diversidade de temas, dentro do **rígido** protocolo da ocasião, dificultou que da fala sobressaísse uma mensagem **clara**. (*Na corda bamba*, 22.01.2009)

E2 - CONHECE-SE bem o tipo de rotina seguido pelas visitas de presidentes estrangeiros ao Brasil: acordos de cooperação são assinados, visitam-se favelas-**modelo**, intenções de aproximação cultural são reiteradas, e o **elaborado** roteiro diplomático tende a ocupar, afinal, os **eventuais vazios** do noticiário nos dias em que se sucedeu.

Também é comum haver vários encaixamentos sintáticos de modo que sejam mencionados vários referentes num único grupo nominal, com muitos deles recebendo acento de valor. Isso tem ligação direta com a função discursiva do editorial, que é expressar juízos de valor axiológico acerca dos fatos da *polis*. Um exemplo deste modo de referir é o referente *um hiperliberalismo pouco aparelhado para avaliar os riscos inerentes à própria atividade especulativa* negrito em E3 abaixo. Temos aqui um referente central (*hiperliberalismo*), o qual é caracterizado tanto através de adjetivação direta (*pouco aparelhado*) como de outros referentes a ele vinculados (*os riscos inerentes à própria atividade especulativa*).

E3 - Vista inicialmente com justificado ceticismo no que dizia respeito à tomada de iniciativas concretas, a reunião ministerial do G20 em São Paulo pôde assinalar, ao menos, uma inflexão no discurso predominante entre as potências mundiais. Ruiu, com efeito, a confiança doutrinária na capacidade do sistema financeiro de regular-se por si mesmo. Desarma-se a euforia de **um hiperliberalismo pouco aparelhado para avaliar os riscos inerentes à própria atividade especulativa**. (*França e Brasil*, Folha de S. Paulo, 24 de dezembro de 2008).

Temos em E3 um referente único expresso por um longo sintagma nominal sobre o qual incide um índice de avaliação. Todas as informações que aí aparecem dizem respeito ao *hiperliberalismo* e por isso, do ponto de vista referencial, precisam ser vistas como compondo uma unidade referencial. Neste caso a especificidade e unidade do referente decorre exatamente do índice avaliativo sobre ele incidido: *pouco aparelhado para avaliar os riscos inerentes à própria atividade especulativa*.

Em E4, no sintagma *os imprevistos do tráfego na dilapidada malha rodoviária*, tem-se um referente central *imprevistos do tráfego*, ao qual se associa uma circunstância de lugar avaliada negativamente.

E4 - A FERROVIA está para a movimentação de cargas como o metrô e os trens de subúrbio estão para o deslocamento urbano de passageiros. O trem carrega grandes volumes, de modo mais confiável - sem **os imprevistos do tráfego na dilapidada malha rodoviária** - e com um custo em geral menor. (*Gargalo ferroviário*, 17-03-2009, P. A2)

Nos editoriais, há uma forte tendência a não haver introdução marcada de referentes, ou seja, evita-se um modo de referir que possa simular a apresentação ao interlocutor de um referente supostamente dele desconhecido ou pouco conhecido. Os exemplos seguintes (E5 e E6) compõem o primeiro parágrafo de editoriais, nos quais inexistem descrições indefinidas apresentando referentes novos. As descrições definidas *O rolo compressor do bonapartismo chavista* e *a existência de conluio entre um grupo de empresas de merenda escolar* são referentes iniciais dos editoriais, mas eles são apresentados como já dados.

E5 - **O ROLO compressor do bonapartismo chavista** destruiu mais um pilar do sistema de pesos e contrapesos que caracteriza a democracia. Na Venezuela, **os governantes**, a começar do presidente da República, estão autorizados a concorrer a quantas reeleições seguidas desejarem. (*Limites a Chávez*, 17-02-2009, p. A2)

E6 - **O MINISTÉRIO Público Estadual investiga a existência de conluio entre um grupo de empresas de merenda escolar** para fraudar licitação da Prefeitura de São Paulo, ocorrida em maio de 2007. **A peculiar parceria público-privada** inclui, suspeita-se, corrupção de servidores e lavagem de dinheiro. (*Cartel na merenda*, 7-2-2009, p. A2)

Nos dois casos acima, os referentes são tomados como fazendo parte do conhecimento enciclopédico do interlocutor. Do ponto de vista léxico-gramatical, isso se manifesta, por um lado, na ausência sistemática de artigos indefinidos encabeçando as expressões referenciais, e, em contrapartida, na recorrência de artigos definidos nesta posição sintática (*o rolo compressor do bonapartismo chavista, os governantes, o Ministério Público Estadual*).

Nas cadeias textuais, é muito raro aparecer um sequenciamento contendo inicialmente descrição indefinida e com retomada subsequente por descrição definida, pronomes ou sintagmas pronominais. Um dos editoriais é iniciado mencionando-se o referente “*os ataques do grupo extremista palestino Hamas contra o território israelense*”. E em seguida “*a brutal reação de Israel, que abusou do legítimo direito de defesa e provocou uma crise humanitária na faixa de Gaza*” (*Cessar-fogo imediato, Folha de S. Paulo, 30/12/2008*). Trata-se de referentes iniciados pelo definido *a* e formulados como pré-existentes e consensuais.

A construção dos referentes ocorre de modo intensamente avaliativo, mas eles são apresentados como se não estivessem sendo construídos, como se as avaliações fossem deles constitutivas. A expressão referencial encabeçada por artigo definido pode gerar o efeito de sentido de que o referente é velho, quando, em contrapartida, a presença de índices avaliativos indica que ali se trata de referente construído de acordo com uma tomada de posição e, portanto, passível de controvérsia. Isso fica evidente em E7, em que a expressão referencial *seu projeto autoritário de perpetuação no poder* alude a um referente que aparece avaliado pela expressão *autoritário*, e em E8, em que o próprio núcleo nominal *ditadura* já é por si só altamente avaliativo. Não deve ser consensual que o regime de Cuba é uma ditadura para muitos cubanos ou para a cúpula do governo na Ilha, mas o editorial opta justamente por um rotulador que contempla um posicionamento axiológico sobre o referente em jogo.

E7 - As últimas pesquisas indicam que a população, por ora, não parece inclinada a responder positivamente à nova aposta chavista para viabilizar **seu projeto autoritário de perpetuação no poder**. (*Nova aposta chavista*, 16/01/2009)

E8- Seja como for, a nova orientação da Casa Branca, o afastamento definitivo de Fidel Castro e a incerteza, em meio à derrocada do petróleo, quanto à continuidade da ajuda financeira patrocinada por Hugo Chávez

difícilmente deixarão de produzir mudanças substanciais na **cinquentenária ditadura caribenha**. (*Ditadura ilhada*, 16/03/2009)

Do ponto de vista discursivo, nestes casos, ocorre a construção de um objeto de discurso pelo prisma de uma opinião, portanto, de modo parcial e potencialmente controverso, entretanto sua formulação linguística apaga, ao menos parcialmente, este caráter. Com o uso do artigo definido, há chances de se naturalizar uma opinião particular como se ela fosse parte constituinte do objeto sobre o qual se opina. Veja-se que o efeito de sentido seria bem diferente se E7 fosse formulada do seguinte modo (E9), em que o acento de valor aparece com o *status* de novo (pelo fato de conter um indefinido; de aparecer, do ponto de vista informacional, como rema, e do ponto de vista sintático, como predicação).

E9 - As últimas pesquisas indicam que a população, por ora, não parece inclinada a responder positivamente à nova aposta chavista. Essa aposta consiste em viabilizar **um projeto autoritário de perpetuação no poder**. (*Nova aposta chavista*, 16/01/2009)

O fato de os editoriais analisados construírem os referentes como dados e conhecidos pode ser explicado pela hipótese de que seus leitores são concebidos como suficientemente informados sobre os fatos mais relevantes e atuais do seu universo sócio-cultural, não havendo, portanto, necessidade de introduzir os referentes como desconhecidos. Ou seja, o leitor do editorial é presumido como leitor assíduo de notícias, tendo já conhecimento dos fatos sobre os quais os editoriais cotidianamente opinam. Ademais, os jornais trabalham também com pressuposições consensuais acerca dos fatos que podem ser considerados relevantes para, sobre eles, fazer-se apreciações. O modo de referir também é decorrente do posicionamento dos leitores presumidos pelo jornal (por exemplo, o jornal presume que todos os leitores consideram consensualmente que o regime político de Cuba é uma ditadura).

Outra hipótese para explicar o fato de os referentes serem construídos como dados e conhecidos é a de que os editoriais, no geral, tematizam recorrentemente as mesmas questões, a exemplo da *liberalização da economia, do fim de ditaduras políticas com fundamentos socialistas, do enxugamento da máquina estatal, da redução de taxas de juro* etc. Enunciados concretos únicos e irrepetíveis estão a serviço de mesmas matrizes discursivas e de modos recorrentes de tomada de posição. Ou seja, a *Folha de S. Paulo*, via editorial, reforça uma cumplicidade enunciativa e referencial já existente entre ela e seus leitores, como se o editorial servisse para sustentar um subtexto do tipo: temos interesses e pontos de vista comuns e, por isso, falamos sobre os mesmos referentes adotando os mesmos pontos de vista. Por isso é que a referenciação nos editoriais precisa ser compreendida como dialógica.

O fato de as expressões referenciais dos editoriais conterem múltiplos encaixes avaliativos faz com que haja certa naturalização das opiniões, como se fossem partes constitutivas dos fatos e não uma das opiniões existentes. Ora, expressões avaliativas situadas no lugar da predicação deixam mais claro que se trata de uma opinião sobre um dado referente, portanto, de uma apreciação polêmica, subjetiva, interessada; quando as expressões avaliativas situam-se no interior das expressões referenciais podem induzir os interlocutores a acatar tal avaliação como parte constitutiva do próprio referente. Ou seja, a recorrente incidência de índices avaliativos nas expressões referenciais pode manipular o leitor a aderir mais ligeiramente a dada opinião acerca dos fatos e a se aperceber menos que se trata de um posicionamento enunciativo circunstancial e não de uma verdade constitutiva e permanente.

Nos editoriais analisados, há pouca presença de anaforização estrita, ou seja, de estratégias referenciais com função principal de apenas retomar referentes previamente introduzidos no discurso. Geralmente, quando se menciona novamente um referente já

apresentado, ele aparece com novos índices de avaliação e, portanto, não do mesmo modo. Ou seja, a correferenciação no editorial quase não tem função textual: sua função é fortemente enunciativa e visa avaliar e apreciar axiologicamente os referentes. É o que ocorre com a expressão *a cortesia* em E10, que anaforiza o evento mencionado no período anterior ao mesmo tempo em que possibilita a expressão de acento de valor sobre o mesmo.

E10 - EM VISITA, à Bolívia, o **presidente Luiz Inácio Lula da Silva** voltou a manifestar apoio ao **colega Evo Morales**. Para o **brasileiro, Morales** representa a "refundação democrática" do país. **A cortesia** acontece em momento estratégico. Um referendo marcado para o dia 25 pode aprovar a nova Constituição boliviana, selando o projeto político de Morales. (*Lula na Bolívia*, 17-01-2009)

Pelo fato de os pronomes, via de regra, referirem sem expressar avaliação é que o seu uso é inexpressivo nos editoriais aqui em foco. Já as expressões referenciais encabeçadas por demonstrativos são mais frequentes, mas geralmente o demonstrativo encabeça núcleo nominal com valor axiológico e/ou seguido de adjetivação, de modo que também a anaforização realizada com demonstrativos é fortemente avaliativa.

Por outro lado, quando observamos a referenciação em sua relação com a polifonia, é possível perceber que o jornal, via editorial, tende a assumir a responsabilidade pelas escolhas referenciais realizadas, quase não expressando outra responsabilidade polifônica pelo ato referencial. Ou seja, a ausência de termos introdutórios de discurso reportado, como *segundo fulano, de acordo com sicrano*, indica que o editorial da *Folha de S. Paulo* evita delegar a outrem a responsabilidade referencial. Mas é curioso porque, como o editorial é recorrentemente escrito de modo impessoal, pode ocorrer um efeito de naturalização da referenciação. É como se tal modo de referir pudesse ser uma decorrência direta dos fatos e não o resultado de um modo de perceber, apreciar e, portanto, de referir. Quando se apaga a primeira pessoa, corre-se o risco de crer que uma verdade maior, pairando acima das pessoas e das instituições, já fizesse parte da constituição dos referentes. Isso tende a não ocorrer com uma referenciação construída explicitamente em primeira pessoa, já que neste caso fica claro tratar-se de um referente fabricado segundo um determinado ponto de vista.

Contudo, quando ocorre de fazer uso de referentes construídos segundo a ótica de outro enunciador, o editorial comumente posiciona-se diante de tal objeto de discurso, por exemplo, com o uso de aspas com função autonímica (cf. ALTHIER-REVUS, 1998), expressando distância e não concordância com a forma de construção do sentido do referente. Em E10 e E11 (abaixo), as aspas incidentes sobre a expressão referencial *refundação democrática* e *oligarquias* indicam que o editorial não concorda com o modo de referir expresso pelo enunciador Luiz Inácio Lula da Silva. Essa simultaneidade entre uso e menção indica que o editorial não assume o valor axiológico de tal construção referencial e convida o leitor a ler criticamente o referente conforme construído pelo enunciador mencionado.

E11- Desse espírito de conciliação acabam resultando curiosas inflexões no discurso presidencial. De um lado, o presidente Lula guarda resquícios da antiga retórica petista. No evento desta quinta-feira, lembrou-se de acusar, por exemplo, as "**oligarquias**" **brasileiras** de terem impedido, "por vários séculos", a realização de uma obra como a transposição das águas do rio São Francisco. (Lulismo e oligarquia, 08022009).

5. A Referenciação em notícias do jornal *Folha de S. Paulo*

As notícias de jornal, em função da propalada ideologia da isenção e da objetividade da imprensa, tendem a fazer uso de vários recursos linguísticos para gerar efeitos de

imparcialidade e objetividade referencial, dando a entender que os referentes são apresentados objetivamente, sem emissão de juízo de valor. Vejamos a notícia seguinte:

N1 – **Soldado** é preso acusado de mostrar **a genitália**

Um soldado do Exército foi preso ontem à tarde após mostrar **a genitália** para **duas jovens que andavam perto da Vila Militar de Deodoro (zona oeste do Rio)**. **O militar** estava dentro de um caminhão do Exército. **As jovens** denunciaram **o rapaz** no 8º Grupamento de Engenharia de Construção, onde o caminhão entrou. **O soldado** ficou preso no quartel. **Ele** deve ser indiciado por ato obsceno e responder a processo. **Uma das garotas** diz que pretende processá-lo. (FSP, 16-01-2009)

Vê-se como as escolhas referenciais de N1 visam produzir um efeito não avaliativo do fato ocorrido e dos referentes envolvidos. Opta-se por nomes genéricos, sem valoração explícita (*soldado, militar, rapaz, jovens, genitália*), que indicam características gerais compartilhadas por grande número de possíveis referentes e sem apreciação direta. Usam-se também pronomes (*ele, lo*), ainda mais neutros que os nomes genéricos do ponto de vista avaliativo, e evita-se adjetivar as expressões referenciais. Por outro lado, caberia perguntar por que não aparecem os nomes próprios dos sujeitos envolvidos, se porque não se teve acesso a eles ou se para evitar exposição pública de membros do exército. Ou seja, esse modo de referir, genérico e impreciso, pode estar a serviço de uma proteção feita a uma instituição militar, o que indicia como a referenciação nas notícias também contém posicionamentos da empresa jornalística, embora de modo indireto e não assumido explicitamente.

As notícias da *Folha de S. Paulo* tendem a apresentar (e a fabricar) o referente como novo e desconhecido dos interlocutores, porque se pretende que o leitor acredite que está sendo informado acerca de fatos novos e dele desconhecidos. O efeito de sentido pode ser algo como: estas informações são realmente novas por isso você deve lê-las. Essa simulação da novidade do referente ocorre de modos diferentes na manchete ou no *lead*. Na manchete, é comum a presença de expressões nominais sem determinantes, por exemplo, *brasileira, advogada, jovens de classe média, carteiro, professor*, em que se faz alusão ao grupo sócio-cultural ao qual o ente ou evento referido pertence. Comumente os redatores optam por trabalhar com a categorização do referente que pode ser tomada como a mais surpreendente e capaz de despertar o interesse do leitor pela notícia. Embora a literatura sobre referenciação não faça menção a este uso (por exemplo, KLEIBER (2001) e MILNER (2003)), parece evidente que o emprego de sintagmas nominais constituídos de nomes genéricos desacompanhados de determinante funciona, nas manchetes das notícias, como formas de introdução de referentes novos, mas de modo bem particular. Nas manchetes (M1 a M10) há sempre descrições sem determinante, que são usadas para introduzir um novo referente, de modo genérico e impreciso, justamente porque se pretende captar a atenção e o interesse do leitor para a leitura do restante da notícia. Veja-se que todos os nomes comuns (e não nomes próprios) presentes nas manchetes não aparecem acompanhados de determinantes, levando a crer que esta forma de apresentar o referente é uma restrição imposta pela manchete.

M1 - **Professor** é demitido após usar em aula **música** que cita **beijo** lésbico (18-02-2009); M2- Após receber **carta** com atraso, **carteiro** decide se acorrentar aos Correios (04-03-2008); M3 - **Travesti** vence preconceito e faz doutorado (04-01-2009); M4 - **Brasileira** é atacada na Suíça por skinheads e perde bebês (12-02-2009); M5 - **Escola top** usa fanfarras e xadrez para melhorar ensino (20-03-2009); M6 - **Igreja** monta ringue de vale-tudo em templo para atrair mais jovens a culto (12-03-2009); M7 - **Jovens de classe média** são presos acusados de tráfico (12-02-2009); M8 - **Médicos** são multados por letra ilegível (09-05-2009); M9 - Câmera flagra **PM** ao furtar

loja que já havia sido roubada (7-02-2009); M10 - **Stripper virtual** fatura mais do que dançarina de boate (27-12-2008)

Ademais, a notícia tem uma particularidade em relação à introdução de referentes novos, a de fazer esta introdução duas vezes: na manchete e no *lead*. Isso ocorre porque o *lead* ignora o referente introduzido na manchete e o apresenta como se ele não tivesse sido mencionado. Recorrentemente isso é feito com a presença de expressões referenciais encabeçadas por artigo indefinido, cuja função referencial principal, como demonstra a literatura clássica nos estudos referenciais, a exemplo de Milner (2003), Ilari (2001), Koch & Elias (2006), é justamente introduzir novos referentes. Veja que M1 abaixo apresenta o referente pelo nome *professor* sem determinante e, em seguida, no *lead*, o mesmo referente é apresentado pela descrição indefinida *um professor da rede pública de Brazlândia*. No mesmo estilo, muito recorrente nas notícias da *Folha*, M2 apresenta o referente *carteiro* e *carta* e o *lead* menciona-os por intermédio das descrições indefinidas *um carteiro* e *uma carta*.

M1 - **Professor** é demitido após usar em aula **música** que cita beijo lésbico
L1 - **Uma música** sobre uma garota que bebeu, beijou outra e gostou provocou a demissão de **um professor da rede pública de Brazlândia**, cidade-satélite de Brasília. (18-02-2009)

M2- Após receber **carta** com atraso, **carteiro** decide se acorrentar aos Correios
L2 - **Um carteiro** se acorrentou ao prédio dos Correios onde trabalha, na cidade de Rio Grande (RS), para protestar contra o atraso de **uma carta**. O destinatário da correspondência era ele mesmo e a demora na entrega, segundo o carteiro, fez com que perdesse a bolsa de estudos oferecida pelo ProUni (Programa Universidade para Todos) para cursar uma faculdade particular de direito. (04-03-2008)

Esse emprego é interessante porque, em parte, permitiria rever a tese de Kleiber (2001) e Milner (2003) de que a aparição de uma descrição indefinida coincide com a apresentação de um novo referente. Nos casos acima, *um professor da rede pública de Brazlândia*, *um carteiro* e *uma carta* não introduzem exatamente um referente novo no mundo textual, pois eles já foram introduzidos na manchete, respectivamente, por *professor*, *carteiro* e *carta*, sendo, portanto, correferenciais. Por um lado, dá para sustentar que estas descrições indefinidas podem ser tomadas como tendo alguma função anafórica, já que podem ser interpretadas como retomando os referentes já presentes no mundo textual (na manchete, no caso). Por outro lado, contudo, fica ainda a seguinte indagação: o fato de a manchete gozar de autonomia em relação ao corpo da notícia, já que se constitui num enunciado completo (embora altamente sintético), podendo ser lida como um todo enunciativo, não levaria a pensar que o *lead*, em alguma medida, ignora o referente mencionado na manchete e o apresenta como se ele não tivesse sido ainda mencionado? Essa leitura ganha força quando se observa que, a partir do *lead*, não mais ocorre, no corpo da notícia, de se ignorar os referentes já mencionados: eles não mais são retomados por descrições indefinidas.

Observa-se que este funcionamento não é exclusivo do gênero notícia de jornal, aparecendo também em gêneros do agrupamento da narração, como fábulas e contos de fadas. Por exemplo, numa das versões da fábula *O lobo e a garça*, no título aparecem as descrições definidas *o lobo* e *a garça*, e, no primeiro parágrafo da narrativa, os mesmos referentes são designados por *um lobo* e *uma garça*. Tudo leva a crer que nem estamos diante de uma anáfora estrita – retomada de um mesmo referente – nem de uma não anáfora – dois referentes distintos tratados isoladamente. Nossa hipótese é que a correferência na notícia dá-se apenas

parcialmente. O nome genérico, sem nenhum determinante, que aparece na manchete, ainda não refere a um carteiro particular, mas é como se apenas preparasse um “terreno” cognitivo para, mais na frente, poder-se apresentar em mais detalhes este referente. Na manchete, o referente pretendido é o representante de uma classe (de professor, de carteiro), ao passo que, no *lead*, o referente visado é um indivíduo X de dada classe.

Respostas mais convincentes para este problema analítico dependerão de explicações consistentes acerca das funções textuais e cognitivas dos títulos de textos em geral e das manchetes de jornal em particular. Intuitivamente, parece-nos que os redatores tendem a não anaforizar referentes mencionados nos títulos dos textos, como se o título, do ponto de vista da coesão referencial, pudesse ser ignorado no corpo do texto. Coracini (1988) explica que, pelo fato de ser redigido após o texto, o título é anafórico do ponto de vista de sua produção, embora tenha função catafórica no ato da leitura. Desse modo, ele camufla o percurso discursivo e exerce grande influência sobre o leitor, tendo, assim, importante função argumentativa. Se a autora estiver certa, e sendo o título produzido após a leitura, seus referentes não serão anaforizados no corpo do texto. Os referentes da manchete promovem um tipo muito particular de catáfora, ao apontarem para a cadeia completa de elementos correferenciais que aparecem ao longo do texto, mas não para algum deles em particular. Mas o mais interessante (e isso precisa ser observado em pesquisas experimentais) é constatar se, de fato, os redatores não anaforizam referentes mencionados nos títulos e manchetes.

Se na manchete menciona-se a categoria a que pertence o referente, no *lead* começa-se a recortar o indivíduo em sua singularidade, dizendo, por exemplo, o nome e a idade. Vê-se neste jogo uma clara demonstração da tese da fabricação do referente, tal como defendida por Blikstein (1990) e da tese da construção referencial, como postulada por Mondada e Dubois (2003) e Koch e Marcuschi (1998) uma vez que o mesmo referente do mundo é construído de modo diferente segundo seja mencionado numa parte ou outra do texto. O referente não é o que é, mas é o que importa que ele pareça ser naquela circunstância enunciativa.

Ignorando a manchete, há, nas notícias, um modo clássico de fabricar cadeias referenciais: apresentar inicialmente um referente com o *status* referencial de novo e retomá-lo já como velho, através de diversos processos anaforizantes. Esse modo de referir se coaduna com a tese referencial estrita de Milner (2003) para a anaforização: há anáfora quando um referente é apresentado como novo na base de uma expressão indefinida para em seguida ser retomado por expressão definida ou pronominal. Um dos efeitos ideológicos deste modo típico de referir das notícias, associado a outras estratégias, é dar a entender que o leitor, após ler uma notícia, passa ao *status* de pessoa informada de fatos novos e relevantes. No entanto, embora o leitor possa apreender uma informação circunstancial nova, o discurso que ela veicula pode ser velho, no sentido de visar legitimar contumazes valores ideológicos.

Nas notícias da *Folha*, há uma tendência forte à anaforização, ou seja, retomadas de referentes com o fito principal de mantê-los proeminentes para o foco informacional, para o acréscimo de novas informações acerca dele. Tal anaforização é preferencialmente realizada com expressões genéricas (com grau muito baixo de caráter avaliativo), pronomes e nomes próprios. Mas também é comum ocorrer acréscimo de informações já no item anaforizante, como se deu, por exemplo, em N2:

N2 – **Brasileira** é atacada na suíça por skinheads e perde bebês
Paula Oliveira estava grávida de gêmeas; ela foi agredida em cidade perto de Zurique
Cortes a estilete feitos nas pernas da **advogada** formam a sigla do SVP, partido suíço que apoia política anti-imigrante. (FSP, 12-02-2009)

Nesta notícia houve a seguinte cadeia textual: na manchete o referente é rotulado como *brasileira*, depois como *Paula Oliveira* e em seguida como *advogada*. Ao mesmo tempo em que serviram para correferir um mesmo objeto de discurso, as três descrições trouxeram informações acerca da nacionalidade, identificação particular e profissão do referente. O jogo é o seguinte: passo a passo as expressões referenciais vão trazendo as informações acerca do referente, de modo que a simulação de novidade da notícia tanto ocorre em relação aos fatos predicados como em relação às informações e categorizações sobre o referente. O fato relatado é surpreendente e inusitado, mas como o referente a ele vinculado é apenas vaga e genericamente referido, o leitor é convidado a ler a notícia toda para satisfazer inteiramente sua curiosidade. Daria para dizer que se trata de uma estratégia de *marketing*: omite-se temporariamente o referente principal visando à venda do produto informacional inteiro.

Pelo fato de comumente reportarem o depoimento de testemunhas dos fatos narrados ou avaliados, é comum nas notícias a presença de muitos referentes construídos segundo a perspectiva de outros enunciadores que não o redator da notícia. Essas expressões referenciais, um tanto diferentemente das expressões de assumida responsabilidade do redator da notícia, frequentemente já contêm explícitos índices avaliativos. Mas o redator da notícia não se posiciona sobre a escolha referencial, apenas a indica como de responsabilidade de outro enunciatador, como ocorre com a expressão referencial *mulas* glosada abaixo. Se nos editoriais o que está em jogo é o sentido e o valor ideológico da expressão, no caso das notícias o distanciamento ocorre sobre o valor idiomático e sociolinguístico do termo.

N3 – Ao longo de dez meses de investigações, foram apreendidos cerca de 112 mil comprimidos de ecstasy e 115 mil micropontos de LSD, além de cocaína, haxixe, maconha, lança perfume e skunk. As drogas eram vendidas em festas. Segundo a PF, os grupos enviavam "**mulas**" (pessoas contratadas para transporte de drogas) com cocaína trazida da Bolívia e do Paraguai para a Europa. Na volta, **essas pessoas** traziam ecstasy e LSD. Cada viagem custava em torno de R\$ 20 mil e o lucro com a venda dessas drogas chegava a R\$ 250 mil. **As "mulas"** ficavam com R\$ 4.000 ou 10 % da droga. Eles costumavam usar casais para levarem as drogas, para evitar despertar suspeitas. Segundo o delegado Fábio Andrade, **a maioria das "mulas"** eram prostitutas e desempregados. (*Jovens de classe média são presos acusados de tráfico*, 12-02-2009- P. C7)

Conclusões

Neste estudo sobre as inter-relações entre gêneros do discurso e referenciação foi possível revisitar algumas teses dos estudos na área e propor explicações um pouco mais detalhadas para o funcionamento dos processos de referenciação. No caso da introdução de referentes novos nos textos, pode-se dizer que este é um processo que varia de gênero para gênero, num polo praticamente não sendo utilizado, como é o caso dos editoriais, e em outro polo tendo largo uso – exemplificado aqui pelas notícias – inclusive com funções diretamente vinculadas aos propósitos do gênero: contribuir para a ideia de novidade dos fatos narrados. Também é possível afirmar, após as análises, que as funções dos processos referenciais estão em forte dependência dos propósitos comunicativos do gênero, tendendo a ser argumentativas e axiológicas em gêneros também argumentativos e buscando efeito de imparcialidade referencial quando usados em gêneros que não se pretendem argumentativos. Outra constatação é que a presença ou não de processos anafóricos estritos – marcados nos textos – sofre condicionamento por parte dos gêneros, sendo abundantemente recorrentes nas notícias e minimamente presentes nos editoriais da *Folha de S. Paulo* – jornal aqui analisado. No geral, permanece a convicção de que estudar os processos referenciais tendo como critério de seleção dos dados os gêneros do discurso recortados segundo critérios particulares e situados

(instituição, comunidade, coletividade, rede) reveste-se numa ferramenta profícua para a compreensão dos usos efetivos dos textos na vida social.

ABSTRACT: Studies of referentiation have contributed to the understanding of discourses and socio-cognitive phenomena related to production and comprehension of texts. Nevertheless, many of these contributions have a too general character, underlies them the argument that the referentiation is manifest independently of the discourse genres to which the enunciations pertain. The objective of this paper is to discuss the orientations imposed by the discourse genres to the referentiation strategies from a comparative analysis of the referentiation in editorials and news from the newspaper *Folha de S. Paulo*. It was perceived that the referentiation in editorials is explicitly axiological; in the news the search for the effect of referential impartiality is paramount.

Keywords: referentiation; editorial; news.

Referências

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Trad. de Pfeiffer, C.R. e outros. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1998.

ALVES FILHO, F. A autoria institucional em editoriais de jornais. *Alfa*, São Paulo, 50 (1): 77-89, 2006.

_____. *Referenciação e dialogismo: aproximações e distanciamentos*. Trabalho apresentado no congresso Abralín em Cena Piauí, Teresina, 2008.

_____. Integridade genérica versus versatilidade no editorial de jornal. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 5., 2009, Caxias do Sul. *Anais...* Caxias do Sul: UCS, 2009.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1979 [1953]. p. 277-326.

_____. Tema e significação na língua. In: *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: AnnaBlume/Hucitec, 1979. p. 128-136.

BLIKSTEIN, I. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. São Paulo, Cultrix, 1990.

CORACINI, M. J. R. F. O título: uma unidade subjetiva. *Letras e Letras*, v. 4, n. 1 e 2, Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, dezembro, 1988.

DEVITT, A. J. *Writing genres*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.

ILARI, R. Anáfora e correferência: por que as duas noções não se identificam? *Caderno de estudos lingüísticos*, Campinas, (41): 91-109, Jul./Dez, 2001.

KLEIBER, G. *L'anaphore associative*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

KOCH, I. V. G.. Referenciação. In: *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____; ELIAS, W. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo, Contexto, 2006.

_____; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *DELTA*, 14, P. 169-190, 1998 (Número especial).

MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 85-130.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

SARAMAGO, José. *Ensaio sobre a cegueira*. 45ª imp. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

STEFANO, G. *A Igreja de Deus*. Disponível em: <<http://www.palavraprudente.com.br/assista/mp3/prgilberto/A%20Igreja%20De%20Deus.mp3>>. Acesso em: 23 de janeiro de 2011. Material sonoro.

VAN DIJK, T. A. *Opinions and Ideologies in Editorials*. 4TH INTERNATIONAL SYMPOSIUM OF CRITICAL DISCOURSE ANALYSIS, Language, Social Life and Critical Thought, Athens, 14-16 December, 1995. Second Draft, March 1996.

_____. *News as discourse*. New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

ZAMPONI, G. Estratégias de construção da referência no gênero de popularização da ciência. In: KOCH, I. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. *Referenciação e discurso*. São Paulo, Contexto, 2005, p. 169-195.

RECEBIDO EM 31/10/2010 – APROVADO EM 13/05/2011